

Demonstrações Contábeis

Companhia Transirapé de Transmissão

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009
com Relatório dos Auditores Independentes e
Relatório da Administração

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009

Índice

Relatório da Administração

Balancos sociais (não auditados)

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais..... 3

Demonstração dos resultados 5

Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... 6

Demonstração dos fluxos de caixa 7

Demonstração dos valores adicionados..... 8

Notas explicativas às demonstrações contábeis 9

Relatório anual da Administração

Aos acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transirapé de Transmissão apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativo ao exercício de 2010, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

1. A Companhia

A Companhia Transirapé de Transmissão tem como objetivo social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 012/2005, lote B - ANEEL, datado de 15 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 230 kV, com 61 km de extensão, tendo origem na subestação de Irapé, e término na nova subestação de Araçuaí 2, ambas no Estado de Minas Gerais.

2. Sistema de transmissão

As instalações de transmissão da Companhia Transirapé de Transmissão integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL é do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transirapé de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

3. Disponibilidade da Linha de Transmissão

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	99,97	100,00

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

4. Pesquisa e desenvolvimento - P&D

A Cia Transirapé de Transmissão em cooperação com a Cia Transleste de Transmissão e parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, contando com interveniência da Fundação Christiano Ottoni, em 2010 deu continuidade ao seu ciclo de investimentos na área de Pesquisa e Desenvolvimento P&D ao projeto “Melhoria do desempenho de linhas de transmissão de alta tensão através da utilização de malhas de aterramento de baixo valor de impedância” detalhando a melhor solução do desempenho frente às descargas atmosféricas em linhas de transmissão de 230 e 345 kV.

Outros projetos foram encaminhados ao programa de plano estratégico nacional da ANEEL, investimentos que Cia Transirapé de Transmissão, como cooperada da Cia Transleste de Transmissão, fará na pesquisa e no desenvolvimento da detecção de queimadas sob linhas de transmissão e a medição, em tempo real, dos campos elétricos e magnéticos de alta e baixa frequência à exposição humana.

4.1. Responsabilidade socioambiental

Durante os 18 meses de implantação do empreendimento, a Diretoria da Transirapé preocupou-se principalmente com a Responsabilidade Socioambiental por se tratar de uma concessão voltada à prestação de um serviço de utilidade pública.

A sustentabilidade do empreendimento foi baseada em programas ambientais, sob normas e critérios socioambientais, de maneira a estabelecer o correto equilíbrio entre as ações de engenharia construtiva e a conservação socioambiental, visando principalmente à integridade das áreas afetadas.

4. Pesquisa e desenvolvimento - P&D--Continuação

4.1. Responsabilidade socioambiental--Continuação

A Cia Transirapé de Transmissão partindo destes princípios possui uma política socioambiental cuja missão é transmitir energia elétrica com a melhor qualidade, continuidade, rentabilidade e responsabilidade socioambiental contribuindo para o desenvolvimento social do Estado de Minas Gerais e do Brasil. Tais princípios traduziram em ações que buscaram imprimir nos empregados e parceiros a conscientização para a questão ambiental.

Em 2010, a empresa preocupou-se com as ações ambientais, cujo objetivo foi mitigar as interferências da sua implantação, com uma gestão voltada às ações preventivas contra erosão dos recursos naturais existentes, realizando manutenções periódicas em suas vias de acessos às torres de transmissão e a supressão da vegetação, com orientações e acompanhamentos técnicos, sempre sob autorização prévia do Instituto Estadual de Floresta – IEF, em toda a extensão de sua faixa de servidão. Em continuidade ao Programa de Paisagismo para a Subestação com uma manutenção de limpeza e conservação da Subestação de Araçuaí, minimizamos as interferências visuais e harmonizamos todo o ambiente que compõem o cenário da natureza regional, promovendo uma paisagem compatível com a visibilidade natural desejável. No segundo semestre de 2010, em atendimento à Resolução nº 398 de 23/03/2010 da ANEEL, foram iniciados os trabalhos e realização dos cálculos dos campos elétricos e magnéticos para suas instalações de transmissão, trabalhos estes ainda em desenvolvimento neste 1º semestre de 2011.

A Cia Transirapé encaminhou à Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o seu Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental – RADA, solicitando a Revalidação de sua Licença de Operação, relatório preparado por uma equipe de técnicos ambientais que avaliaram de forma satisfatória toda a Linha de Transmissão Irapé - Araçuaí 230 kV e suas demais atividades, principalmente no seu aspecto ambiental.

A Educação Continuada foi uma das ações sociais que a Cia Transirapé de Transmissão investiu, não só em suas atividades indiretas do empreendimento, mas diretamente nos seus colaboradores subsidiando em cinquenta por cento do valor pago em pós-graduação e línguas.

5. Desempenho econômico-financeiro

5.1. Indicadores Financeiros

No exercício de 2010, a Companhia obteve um Resultado Operacional de R\$8.172 (R\$9.874 em 2009) e um Lucro Líquido após a Provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de R\$7.334 (R\$9.136 em 2009) correspondente a R\$ 328,29 (R\$ 408,95 em 2009) por lote de 1.000 ações do capital.

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2010 e 2009 são:

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Liquidez geral	1,97	1,98
Liquidez corrente	1,74	2,44
Relação patrimônio líquido/ativo total	0,49	0,50
Relação do passivo não circulante/ativo total	0,39	0,42
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	17,40%	22,14%
Relação lucro operacional/patrimônio Líquido (%)	19,39%	23,93%
(*) Margem EBITDA (LAJIDA) (%)	79,61%	78,81%

(*) Margem de EBITDA (LAJIDA) foi obtida pela divisão do EBITDA (LAJIDA) pela ROL. A ROL consiste em Receita bruta menos o PIS, COFINS e RGR.

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e do Setor Elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

5. Desempenho econômico-financeiro--Continuação

5.2. Convergência dos padrões internacionais de contabilidade

A partir do exercício findo em 2010, as demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia Transirapé de Transmissão estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que determina a aplicação desta nova prática contábil a partir de 01 de janeiro de 2010.

Neste processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, no ano de 2010 destacaram-se a aplicação do pronunciamento contábil que versa sobre a contabilização de concessão de serviços públicos – ICPC01.

Entretanto, as novas disposições contábeis não foram acolhidas pela ANEEL por entender que a nova metodologia não é condizente com as disposições regulatórias que disciplinam a concessão do serviço público de energia elétrica, além de causar dificuldades ao exercício da fiscalização econômico financeira.

Com isso, a agência reguladora editou a Resolução Normativa nº 396/2010, instituindo a contabilidade regulatória a qual passa a vigorar a partir de janeiro de 2012.

Desse modo, além da contabilidade societária estabelecida pelas Leis 6.404/76 e 11.638/07, a Companhia também deverá realizar registros e demonstrativos contábeis para atender ao órgão regulador, os quais serão auditados e publicados para fins de consulta pública no sítio eletrônico da ANEEL.

Em atendimento ao Despacho nº 4.097 de 30 de dezembro de 2010, emitido pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o balanço patrimonial e a Demonstração de Resultado do exercício elaborados em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE assim como o quadro com a conciliação entre as referidas demonstrações contábeis regulatórias e societárias estão demonstrados na nota explicativa número 5.

Companhia Transirapé de Transmissão

Balancos Sociais (Não auditados)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	2010 (Não auditado)				2009 (Não auditado)			
Base de cálculo								
Receita Líquida (RL)	14.304				14.271			
Lucro operacional (LO)	8.172				9.874			
Folha de pagamento bruta (FPB)	400				222			
Valor Adicionado total (VAT)	2.662				2.588			
	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	VAT	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	VAT
Indicadores sociais internos								
Encargos sociais compulsórios	95	23,75%	0,66%	3,57%	87	39,19%	0,61%	3,36%
Assistência médica	29	7,25%	0,20%	1,09%	23	10,36%	0,16%	0,89%
Previdência Privada	2	0,50%	0,01%	0,08%	0			
Educação	2	0,50%	0,01%	0,08%	1	0,45%	0,01%	0,04%
Auxílio alimentação	20	5,00%	0,14%	0,75%	19	8,56%	0,13%	0,73%
Total	148	37,00%	1,03%	5,56%	130	58,56%	0,91%	5,02%
	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	VAT	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	VAT
Indicadores sociais externos								
Doações e contribuições	34	0,42%	0,24%	1,28%	35	0,35%	0,25%	1,35%
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	128	1,57%	0,89%	4,81%	120	1,22%	0,84%	4,64%
Tributos excluídos encargos sociais	1.343	16,43%	9,39%	50,45%	1.210	12,25%	8,48%	46,75%
Total	1.505	18,42%	10,52%	56,54%	1.365	13,82%	9,56%	52,74%
	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	VAT	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	VAT
Indicadores ambientais								
Investimentos rel.atividade da empresa								
Licenças Ambientais	33	0,40%	0,23%	1,24%				
Total	33	0,40%	0,23%	1,24%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	VAT	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	VAT
Indicadores do corpo funcional (1)								
Empregados no final do período	5				5			
Superior e extensão universitária	5				5			
Faixa etária dos empregados								
Abaixo de 30 anos	2				2			
De 30 até 45 anos (exclusive)	3				3			
Mulheres que trabalham na empresa	2				2			
	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	VAT	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	VAT
Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	1,77				1,55			
Acidentes de trabalho	Nenhum				Nenhum			

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Srs.
Diretores e Acionistas
Companhia Transirapé de Transmissão

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Transirapé de Transmissão (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transirapé de Transmissão em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

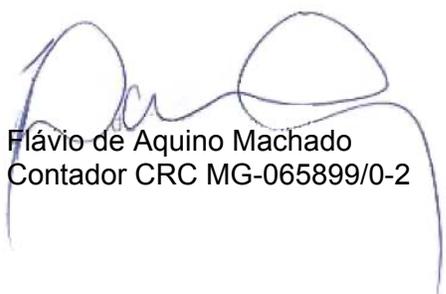
Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentadas como informações suplementares e cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas. Essas demonstrações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 25 de março de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-MG



Flávio de Aquino Machado
Contador CRC MG-065899/0-2

Companhia Transirapé de Transmissão

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2010, 2009 e 01 de janeiro de 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>Reapresentado 31.12.2009</u>	<u>Reapresentado 01.01.2009</u>
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.471	1.960	1.932
Concessionárias e permissionárias	7	1.473	1.416	1.284
Ativo financeiro indenizável (concessão)	9	13.732	13.827	13.027
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	48	43	50
Outros		151	35	25
Total do ativo circulante		<u>17.875</u>	<u>17.281</u>	<u>16.318</u>
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável (concessão)	9	67.445	65.895	64.535
Imobilizado		88	44	62
Intangível		83	71	71
Total do ativo não circulante		<u>67.616</u>	<u>66.010</u>	<u>64.668</u>
Total do ativo		<u>85.491</u>	<u>83.291</u>	<u>80.986</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>Reapresentado 31.12.2009</u>	<u>Reapresentado 01.01.2009</u>
Passivo				
Circulante				
Fornecedores		83	49	49
Empréstimos e financiamentos	10	1.902	1.573	1.967
Dividendos	15	6.443	1.566	-
Provisões pré-operacionais	12	917	3.188	3.846
Tributos e contribuições sociais	8	536	448	320
Taxas regulamentares	11	267	180	147
Outros		126	92	146
Total do passivo circulante		10.274	7.096	6.475
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	10	28.951	32.914	38.909
Provisões pré-operacionais	12	1.886	-	-
Tributos diferidos	8	1.985	1.742	1.518
Taxas regulamentares	11	208	223	311
Outros		35	55	82
Total do passivo não circulante		33.065	34.934	40.820
Patrimônio líquido				
Capital social	15	22.340	22.340	22.340
Reservas de lucros		19.812	18.921	11.351
Total do patrimônio líquido		42.152	41.261	33.691
Total do passivo e patrimônio líquido		85.491	83.291	80.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	31.12.2010	Reapresentado 31.12.2009
Receita operacional líquida	17	14.304	14.271
Custo de operação			
Pessoal		(275)	(221)
Material		(23)	(7)
Serviços de terceiros		(984)	(865)
Taxa de fiscalização		(68)	(65)
Outras		(47)	(41)
Custo de construção		(993)	(1.306)
Depreciação		(1)	(1)
		<u>(2.391)</u>	<u>(2.506)</u>
Lucro operacional bruto		11.913	11.765
Despesas operacionais			
Pessoal e Administradores		(253)	(240)
Material		(11)	(8)
Serv. Terceiros		(210)	(222)
Outras		(50)	(47)
		<u>(524)</u>	<u>(517)</u>
Resultado financeiro			
Receita financeira		363	294
Despesa financeira	18	(3.580)	(1.668)
		<u>(3.217)</u>	<u>(1.374)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		8.172	9.874
Imposto de renda	16	(394)	(337)
Contribuição social	16	(200)	(176)
IR e CS Diferidos		(244)	(225)
		<u>(838)</u>	<u>(738)</u>
Lucro líquido do exercício		7.334	9.136
Lucro líquido, básico e diluído, por lote de 1000 ações - R\$		328,29	408,95
Quantidade de ações ao final do período (em milhares)		22.340	22.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Especial de dividendos	Lucros retidos		
Saldo em 31 de dezembro de 2008- reapresentado	22.340	114	2.157		9.080	33.691
Lucro Líquido do exercício					9.136	9.136
Reserva legal	-	330	-		(330)	-
Dividendos					(1.566)	(1.566)
Lucros remanescentes à disposição da assembléia	-	-	4.700		(4.700)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - reapresentado	22.340	444	6.857		11.620	41.261
Distribuição de dividendos			(4.700)			(4.700)
Lucro Líquido do exercício					7.334	7.334
Reserva legal		367			(367)	-
Dividendos					(1.743)	(1.743)
Lucros remanescentes à disposição da assembléia			5.224		(5.224)	-
Reserva de lucros				11.620	(11.620)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	22.340	811	7.381	11.620	-	42.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2010</u>	<u>Reapresentado 31.12.2009</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	7.334	9.136
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	1	1
Variações monetárias e cambiais líquidas	3.597	1.394
Baixa de ativos	1.027	1.306
	<u>11.959</u>	<u>11.837</u>
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e Permissionárias	(57)	(132)
Ativo financeiro indenizável	(1.455)	(2.160)
Tributos e Contribuições Sociais	(5)	7
Outros ativos	(116)	(11)
	<u>(1.633)</u>	<u>(2.296)</u>
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	34	-
Provisões pré-operacionais	(385)	(658)
Tributos e contribuições	88	128
Taxas regulamentares	72	(55)
Tributos diferidos	243	224
Outros passivos	14	(81)
	<u>66</u>	<u>(442)</u>
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	<u>10.392</u>	<u>9.099</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(1.084)	(1.289)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(1.084)</u>	<u>(1.289)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(1.566)	-
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(7.231)	(7.782)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(8.797)</u>	<u>(7.782)</u>
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	<u>511</u>	<u>28</u>
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	1.960	1.932
Saldo no final do exercício	2.471	1.960
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	<u>511</u>	<u>28</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Companhia Transirapé de Transmissão

Demonstração dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	31.12.2010	31.12.2009
Receitas		
Receita de Concessão de Transmissão	2.066	1.849
Receita de Infra-estrutura	992	1.306
Remuneração dos ativos da concessão	12.224	12.032
Outras receitas	-	-
	15.282	15.187
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Serviço de terceiros	(1.194)	(1.087)
Materiais	(34)	(15)
Outros custos operacionais	(1.107)	(1.434)
	(2.335)	(2.536)
(-) Quotas de reintegração (depreciação)	(1)	(1)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	363	290
	363	290
Valor adicionado a distribuir	13.309	12.940
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	369	327
Benefícios	64	47
Auxílio alimentação	20	19
Assistência médica e odontológica	29	23
Vale transporte	1	1
Previdência privada	2	0
Outros	12	4
FGTS	18	15
	451	389
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.932	1.745
INSS	77	72
Encargos do consumidor	473	444
Imposto de renda e contribuição social	594	513
PIS e COFINS	505	472
Contribuição sindical/patronal	34	19
Tributos diferidos	244	225
Outros impostos e taxas	5	-
	1	1
Municipais	1	1
IPTU	1	1
	1.933	1.746
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	3.230	1.643
Aluguéis	12	10
Outras despesas financeiras	349	16
	3.591	1.669
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos propostos e JCP	1.743	1.566
Reserva de lucros	5.591	7.570
	7.334	9.136
	13.309	12.940
Valor adicionado médio por empregado	2.662	2.588
Número de empregados	5	5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Companhia Transirapé de Transmissão foi constituída em 6 de dezembro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objetos sociais planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de maio de 2007.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 012/2005 de 15 de março de 2005 foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé - Araçuaí – 230 kV pelo período de 30 anos (março/2035).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa número 9.

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 25 de março de 2011.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009 foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A Companhia adotou as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010.

3. Políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas.

Excepcionalmente, as contas garantidas vinculadas a financiamento de longo prazo, quando existirem, são apresentadas no balanço patrimonial como contas redutoras dos empréstimos, no passivo circulante, por tratar-se de “*covenants*” contratuais definidas pelo agente financiador.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.2. Ativos financeiros

3.2.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

3.2.2. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros registrados no patrimônio das concessionárias transmissoras de energia elétrica são originários da aplicação da norma contábil ICPC 01 e o OCPC 05 – Contratos de Concessão. Ao analisar esses normativos verifica-se que:

- a) Com base no entendimento da maioria desses contratos e nos itens 15, 16 e 19 da ICPC 01, o modelo que melhor reflete o negócio de transmissão é o modelo ativo financeiro;
- b) A RAP, assegurada anualmente, contempla a construção, a operação e a manutenção e é realizada, ou seja, recebida e/ou auferida, pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização, ou seja, o transporte de energia pelos usuários dos sistemas de transmissão não existindo, portanto, risco de demanda para a empresa de transmissão;
- c) O poder concedente delegou aos usuários dos sistemas de transmissão o pagamento mensal da RAP, que por se garantir pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro;
- d) A parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão será classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa;
- e) A parcela do ativo financeiro relativa à indenização dos ativos, garantida no contrato de concessão, está incluída no modelo de fluxo de caixa, e está reconhecida, como premissa conservadora adotada pela administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.3. Concessionárias e permissionárias

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Devedores Duvidosos "PDD" (*impairment*) quando for o caso. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

3.4. Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*;

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.4. Ativos intangíveis--Continuação

- O gasto atribuível ao *software* durante o seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança;
- Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

3.5. Ativo financeiro indenizável (concessão)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados e/ou recuperados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por seu direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Essa parcela da infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do da taxa efetiva de juros calculada de acordo com as normativas contábeis indicadas anteriormente.

3.6. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. Inclui principalmente os ativos administrativos.

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Empréstimos, financiamentos e encargos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo, por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.9. Provisões

As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-los é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis fiscais, ou substancialmente promulgado, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo foi liquidado.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.10. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido--Continuação

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

3.11. Benefícios a empregados (participação nos lucros)

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

3.12. Transações entre as partes relacionadas

Os serviços são realizados em condições e prazos firmados entre as partes registradas de acordo com os termos contratados.

3.13. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos encargos regulatórios e setoriais, dos abatimentos e dos descontos.

a) Receita da transmissão

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil do ICPC 01.

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia da Companhia uma vez que na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.13. Reconhecimento da receita--Continuação

a) Receita da transmissão--Continuação

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de Implantação da Infraestrutura
- Receitas dos ativos financeiros

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de Concessão de Transmissão
- Receitas dos Ativos Financeiros

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subseqüentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.14. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, os quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos, em consonância à lei das S.A.

A Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.15. Taxas Regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

b) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,5% da RAP.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1. Reconhecimento de receita

Em 2010, a Companhia reconheceu suas receitas em de acordo com o ICPC 01 e definiu como “modus operandi” as orientações do OCPC 05 e que são:

a) Aplicação retroativa ao contrato de concessão vinculado à essas demonstrações financeiras de forma a evitar distorções na apuração da taxa efetiva de juros para remuneração do ativo financeiro relacionado à construção da infraestrutura;

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

4.1. Reconhecimento de receita--Continuação

- b) Definição do critério para alocação da receita da infraestrutura e da operação e manutenção do total dos contratos conforme abaixo:
 - i. Retrospectivamente pelos valores incorridos e escriturados na contabilidade da Companhia;
 - ii. Prospectivamente por valores projetados baseado em cenários econômicos futuros de inflação, até o final de cada contrato de concessão;
- c) Apuração, separada, da remuneração incorrida da parcela do ativo financeiro da infraestrutura, da operação e da manutenção pela aplicação da taxa efetiva de juros calculada em de acordo com os critérios definidos no item anterior;
- d) Separou do valor do faturamento mensal a parcela referente à recuperação dos custos de operação e manutenção e da parcela referente à recuperação do saldo do ativo financeiro e que foi considerada como amortização do contas à receber da concessão;

4.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia registra provisões, as quais envolvem julgamento por parte da administração, para contingências ambientais, fiscais, trabalhistas e cíveis quando resultam de um acontecimento no passado e que seja provável que uma saída de recursos frente a possíveis benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas vinculadas a assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O melhor julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais. Todos os processos são revisados de forma a levar em conta quaisquer alterações nas circunstâncias dos ambientes onde estes foram considerados, tais como prazo de prescrição quando aplicável, conclusões de auditorias fiscais públicas ou novas exposições identificadas com base em novos temas ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

4.3. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis

As Leis Nos 11.638/07 e 11.941/09 determinou o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade. O CPC, criado pela Resolução CFC nº 1.055/05, e tem como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais", e a aprovação dos órgãos reguladores contábeis brasileiro, de diversos pronunciamentos, interpretações e orientações contábeis definiu a adoção obrigatória para 2010 de todas as normativas contábeis, inclusive com efeito retroativo para 01/01/2009 para fins comparativos.

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com esses novos pronunciamentos contábeis. A companhia preparou o seu balanço de abertura com a transição em 1º de janeiro de 2009.

Para fins de melhor apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia efetuou algumas reclassificações nos saldos publicados referentes aos balanços de 01/01/2009 e 31/12/2009 e resultado de 2009, sem afetar a qualidade das informações apresentadas.

	(Publicado)		(Reapresentado)		(Publicado)		(Reapresentado)	
	31/12/2009	ajustes	31/12/2009	31/12/2008	ajustes	01/01/2009		
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalente de caixa	1.960	-	1.960	1.932	-	1.932		
Concessionárias e permissionárias	1.416	-	1.416	1.284	-	1.284		
Ativo financeiro indenizável	-	13.827	13.827	-	13.027	13.027		
Impostos a recuperar	43	-	43	50	-	50		
Outros	35	-	35	25	-	25		
	<u>3.454</u>	<u>13.827</u>	<u>17.281</u>	<u>3.291</u>	<u>13.027</u>	<u>16.318</u>		
Não circulante								
Ativo financeiro indenizável	-	65.895	65.895	-	64.535	64.535		
Imobilizado	66.404	(66.360)	44	67.026	(66.964)	62		
Intangível	71	-	71	71	-	71		
Total do ativo não circulante	<u>66.475</u>	<u>(465)</u>	<u>66.010</u>	<u>67.097</u>	<u>(2.429)</u>	<u>64.668</u>		
Total do ativo	<u>69.929</u>	<u>13.362</u>	<u>83.291</u>	<u>70.388</u>	<u>10.598</u>	<u>80.986</u>		

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis--Continuação

	(Publicado)		(Reapresentado)		(Publicado)		(Reapresentado)	
	31/12/2009	ajustes	31/12/2009	31/12/2008	ajustes	01/01/2009		
Passivo								
Circulante								
Fornecedores	49	-	49	49	-	49		
Empréstimos e financiamentos	1.573	-	1.573	1.967	-	1.967		
Dividendos declarados	1.567	-	1.567	3.846	-	3.846		
Provisões pré-operacionais	3.188	-	3.188	-	-	-		
Contribuições e impostos a recolher	448	-	448	320	-	320		
Taxas regulamentares	180	-	180	150	-	150		
Outras obrigações	91	-	91	143	-	143		
	<u>7.096</u>	<u>-</u>	<u>7.096</u>	<u>6.475</u>	<u>-</u>	<u>6.475</u>		
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	32.914	-	32.914	38.909	-	38.909		
Tributos diferidos	-	1.742	1.742	-	1.518	1.518		
Taxas regulamentares	223	-	223	311	-	311		
Outras obrigações	55	-	55	82	-	82		
	<u>33.192</u>	<u>1.742</u>	<u>34.934</u>	<u>39.302</u>	<u>1.518</u>	<u>40.820</u>		
Patrimônio líquido								
Capital social	22.340	-	22.340	22.340	-	22.340		
Reservas de lucro	7.301	11.621	18.921	2.271	9.080	11.351		
	<u>29.641</u>	<u>11.621</u>	<u>41.261</u>	<u>24.611</u>	<u>9.080</u>	<u>33.691</u>		
Total do passivo	<u>69.929</u>	<u>13.362</u>	<u>83.291</u>	<u>70.388</u>	<u>10.598</u>	<u>80.986</u>		

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis--Continuação

Demonstração de resultados	(Publicado)		(Reapresentado)
	2009	ajustes	2009
Receita operacional			
Receita de Transmissão	13.027	(13.027)	-
Receita de concessão de transmissão	-	1.849	1.849
Receita de infra-estrutura	-	1.306	1.306
Remuneração dos ativos de concessão	-	12.032	12.032
	<u>13.027</u>	<u>2.160</u>	<u>15.187</u>
Deduções da receita operacional			
PIS	(84)	-	(84)
COFINS	(388)	-	(388)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(324)	-	(324)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(120)	-	(120)
	<u>(916)</u>	<u>-</u>	<u>(916)</u>
Receita operacional líquida	<u>12.111</u>	<u>2.160</u>	<u>14.271</u>
Custo de operação			
Pessoal	(221)	-	(221)
Material	(7)	-	(7)
Serviços de Terceiros	(865)	-	(865)
Taxa de Fiscalização	(65)	-	(65)
Outras	(41)	-	(41)
Custo de construção	-	(1.306)	(1.306)
Depreciação	(1.912)	1.911	(1)
Total	<u>(3.111)</u>	<u>605</u>	<u>(2.506)</u>
Lucro operacional bruto	<u>9.000</u>	<u>2.765</u>	<u>11.765</u>
Despesas operacionais			
Pessoal e Administradores	(240)	-	(240)
Material	(8)	-	(8)
Serv. Terceiros	(222)	-	(222)
Outras	(47)	-	(47)
Total	<u>(517)</u>	<u>-</u>	<u>(517)</u>
Resultado financeiro			
Receita financeira	294	-	294
Despesa financeira	(1.668)	-	(1.668)
	<u>(1.374)</u>	<u>-</u>	<u>(1.374)</u>
Resultado operacional	<u>7.109</u>	<u>-</u>	<u>9.874</u>
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	<u>7.109</u>	<u>-</u>	<u>9.874</u>
Imposto de renda	(337)	-	(337)
Contribuição social	(176)	-	(176)
IR e CS Diferidos	-	(225)	(225)
Total	<u>(513)</u>	<u>(225)</u>	<u>(738)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>6.596</u>	<u>2.540</u>	<u>9.136</u>
Lucro líquido por lote de 1000 ações - R\$	<u>295,26</u>		<u>408,95</u>
Quantidade de ações ao final do período (em milhares)	<u>22.340</u>		<u>22.340</u>

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	98	569	415
Aplicações financeiras	2.373	1.391	1.517
	<u>2.471</u>	<u>1.960</u>	<u>1.932</u>

As aplicações financeiras representam aplicações fundos de investimento em renda fixa e CDB tiveram remuneração entre 95% e 102% do CDI. Os resgates podem ser efetuados livremente e não possuem qualquer carência.

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Encargos de transmissão faturados, a receber	1.473	1.416	1.284

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

8. Tributos e contribuições sociais

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>	<u>01.01.2009</u>
Ativo circulante			
IRPF a compensar	13	27	34
PIS/COFINS/CSLL – Lei 10.833/2003	35	16	16
	<u>48</u>	<u>43</u>	<u>50</u>
Passivo circulante			
IRPJ	251	214	139
CSLL	111	97	68
COFINS	88	90	75
Outros	86	47	38
	<u>536</u>	<u>448</u>	<u>320</u>
Passivo não circulante			
IR e CS diferido	<u>1.985</u>	<u>1.742</u>	<u>1.518</u>

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Ativo Indenizável

O contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica No 012 de 12/03/2005 celebrados entre a União – Poder Concedente e a Companhia Transirapé Transmissão, regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétricas pela companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve presta e para quem os serviços devem ser prestados;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser vertidos aos poder concedente mediante pagamento de uma indenização;

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia Transirapé de Transmissão é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a) Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa;

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Ativo Indenizável--Continuação

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Saldo em 31/12/2008	-
Reclassificação do ativo imobilizado ao final da concessão	22.442
Reclassificação do ativo imobilizado pela adoção ao ICPC 01	55.120
Saldo em 01/01/2009	77.562
Total de adições ao ativo financeiro	15.187
Recuperação de ativo financeiro (baixa)	(13.027)
Saldo em 31/12/2009	79.722
Total de adições ao ativo financeiro	15.282
Recuperação de ativo financeiro (baixa)	(13.827)
Saldo em 31/12/2010	81.177
(a) Ativo Financeiro indenizável no período da concessão	58.735
(b) Ativo Financeiro indenizável ao final da concessão	22.442
Saldo em 31/12/2010	81.177

A parcela do ativo indenizável registrado no ativo circulante refere-se à Receita Anual Permitida que será realizada no exercício social seguinte.

10. Empréstimos e financiamentos

	2010					2009	01.01.2009
	Circulante			Não circulante		Total	Total
	Principal	Encargos	Total	Principal e encargos	Total		
Moeda nacional							
Santander	1.041	40	1.081	7.982	9.063	10.109	11.141
BDMG	1.041	40	1.081	7.981	9.062	10.108	11.139
BNDES	1.084	40	1.124	8.312	9.436	10.524	11.600
	3.166	120	3.286	24.275	27.561	30.741	33.880
Moeda estrangeira							
Santander	200	7	207	1.534	1.741	2.009	3.058
BDMG	202	7	209	1.551	1.760	2.026	3.006
BNDES	208	6	214	1.591	1.805	2.092	3.105
	610	20	630	4.676	5.306	6.127	9.169
	3.776	140	3.916	28.951	32.867	36.868	43.049
(-) Aplicações em renda fixa, vinculadas ao financiamento o do BNDES			(2.014)	-	(2.014)	(2.381)	(2.173)
Saldo líquido	3.776	140	1.902	28.951	30.853	34.487	40.876

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os financiamentos tiveram como finalidade a implantação do sistema de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Irapé – Araçuaí e têm como garantia o penhor de ações, penhor de direitos emergentes do contrato de concessão, penhor dos direitos de crédito, garantias fidejussórias e seguro garantia de obrigações públicas emitida por UBF Garantias & Seguros S.A.

Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos aos seguintes encargos:

Moeda nacional

Sobre o saldo devedor incidirão juros à taxa de 4,5% ao ano acima da TJLP, a partir da data de liberação dos recursos pelo BNDES aos AGENTES FINANCEIROS (BDMG e Santander Banespa), observadas as condições em que a TJLP for superior a 6% e quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (descrito em contrato).

Sobre o saldo devedor incidirão juros à taxa de 4,0% ao ano acima da TJLP, a partir da data de liberação dos recursos pelo BNDES, observada as condições em que a TJLP for superior a 6% e quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (descrito em contrato).

Moeda estrangeira

O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,5% ao ano, acima da taxa variável capitalizados nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, durante o prazo de carência e exigíveis mensalmente, a partir de 15 de setembro de 2007 para os contratos celebrados com o BDMG/Santander.

O saldo devedor será atualizado diariamente a partir da data de liberação pelo BNDES e pela média ponderada das correções cambiais incidentes sobre recursos captados pelo BNDES, em moeda estrangeira, a taxa de 4,0% ao ano, acima da taxa variável reajustada trimestralmente no dia 16 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação deste recurso, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de reajuste da referida taxa de juros, calculados sobre o saldo devedor atualizado para o contrato celebrado com o BNDES.

Os empréstimos e financiamentos serão pagos em 144 prestações mensais com vencimento final em 2019.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os vencimentos anuais das parcelas do principal dos financiamentos a longo prazo são os seguintes:

	Moeda nacional			Moeda estrangeira			Total
	Santander	BDMG	BNDES	Santander	BDMG	BNDES	
2012	1.041	1.041	1.084	199	199	208	3.772
2013	1.041	1.041	1.084	199	199	208	3.772
2014	1.041	1.041	1.084	199	199	208	3.772
2015	1.041	1.041	1.084	199	199	208	3.772
2016	1.041	1.041	1.084	199	199	208	3.772
Após							
2016	2.777	2.776	2.891	539	556	552	10.091
Total	7.982	7.981	8.311	1.534	1.551	1.592	28.951

A Companhia não tem conhecimento de qualquer violação de cláusulas restritivas dos contratos de financiamentos celebrados com as instituições acima descritas.

11. Taxas regulamentares

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	188	229	234
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	212	148	153
Taxa de Fiscalização ANEEL	75	26	71
Total	475	403	458
Circulante	267	180	147
Não Circulante	208	223	311

12. Provisões pré-operacionais

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
EPC Pré-Operacional – Circulante	917	3.188	3.846
EPC Pré-Operacional – Não circulante	1.886	-	-
	2.803	3.188	3.846

Corresponde à estimativa de custos adicionais incorridos durante a construção das linhas de transmissão da Companhia (LT Irapé – Araçuaí), conforme Contrato de EPC celebrado com o Consórcio Alusa/Orteng. Os valores a pagar são atualizados pelo IGP-M e não possuem prazo de vencimento.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Partes relacionadas

Contratos ainda em vigor da fase pré-operacional:

- Aditivo firmado relativo ao contrato de 2005 de "Empreitada Total a Preço Global e Prazo Determinado", para o fornecimento de materiais e equipamentos, serviços de engenharia e obras civis, para implantação das instalações de transmissão do empreendimento da Alusa Engenharia Ltda. e Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda no valor de R\$ 4.066.

Contratos da fase operacional:

- CEMIG para execução dos serviços de operação e manutenção da LT Irapé-Araçuaí contratada pelo valor de R\$ 4.050 que contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.465 de 7 de agosto de 2007.
- CEMIG para execução do compartilhamento de conexão do sistema de transmissão da SE Araçuaí contratada pelo valor de R\$ 6 mensais.

Adicionalmente, os contratos de EPC a pagar, descritos na Nota 11, são obrigações com partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 2010 a remuneração anual da Administração como Diretoria e Conselho foi no total de R\$128 composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

14. Provisão para riscos

A Companhia é parte em processos administrativos relacionados à constituição de servidão administrativa, decorrentes do curso normal das operações.

Tendo em vista o atual estágio desses processos, a Companhia e seus assessores jurídicos entendem que não há necessidade de constituição de provisão para esse assunto em 31 de dezembro de 2010.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social era de R\$ 22.340 representado por 22.340.490 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	
	Integralizadas	% do capital
Transminas Holding S.A.	9.159.599	40,999991
Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG	5.473.419	24,499995
Furnas Centrais Elétricas S.A.	5.473.419	24,499995
Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.	2.234.048	9,900024
Conselheiros	5	0,099995
	22.340.490	100,000000

b) Reservas de lucro

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva especial de dividendos

Os lucros remanescentes do exercício de 2010 que foram mantidos na conta de reserva de lucros à disposição da Assembléia dos acionistas, para sua destinação.

- Reserva de lucros retidos

Refere-se à adoção inicial dos CPC's cuja destinação será deliberada na próxima assembléia geral ordinária.

c) Dividendos

As demonstrações contábeis registram a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos Acionistas em Assembléia Geral, para distribuição de dividendos mínimos estabelecido pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal).

Está registrado também nesta conta o lucro remanescente do exercício de 2009 que anteriormente havia sido retido pelo contrato de financiamento e liberado pelo BNDES em junho 2010 para distribuição. Assembléia já autorizou o pagamento do mesmo, e a Companhia aguarda disponibilidade financeira para efetuar o pagamento.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	2010		2009	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Concessão de Transmissão	2.066	2.066	1.849	1.849
Receita de Infra-estrutura	992	992	1.306	1.306
Remuneração de Ativos da Concessão	12.224	12.224	12.032	12.032
Total da Receita Operacional	15.282	15.282	15.187	15.187
Ajustes decorrentes do RTT	(1.495)	(1.495)	(2.244)	(2.244)
Receita Operacional Ajustada	13.787	13.787	12.943	12.943
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Subtotal	1.103	1.654	1.035	1.553
Receitas Financeiras	563	563	406	406
Base de cálculo	1.666	2.217	1.441	1.959
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10 %	9%	15% e 10 %	9%
TOTAL	394	200	337	176

17. Receita operacional líquida

	31.12.2010	Reapresentado 31.12.2009
	Receita operacional	
Receita de concessão de transmissão	2.066	1.849
Receita de infra-estrutura	992	1.306
Remuneração dos ativos de concessão	12.224	12.032
	15.282	15.187
Deduções da receita operacional		
PIS	(90)	(84)
COFINS	(415)	(388)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(345)	(324)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(128)	(120)
	(978)	(916)
Receita operacional líquida	14.304	14.271

18. Despesas financeiras

	31.12.2010	31.12.2009
Encargos de empréstimos e financiamentos	3.410	1.541
Outras despesas financeiras	170	127
	3.580	1.668

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feito por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

b) Gestão de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

- Risco de taxas de juros

A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

- Risco de taxas de câmbio/cesta de moedas

A Companhia possui contrato de financiamento em moeda estrangeira (cesta de moedas), correspondente a 16% do total financiado.

- Risco financeiro

A Companhia está em operação e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

Companhia Transirapé de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Operações com derivativos

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009.

20. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro com a Toquio Marine Seguradora em garantia de suas operações no montante total de R\$ 19.799, relacionado a riscos nomeados com vigência até 24/05/2011.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Companhia Transirapé de Transmissão

Conselho de Administração

José Lazaro Alves Rodrigues – Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho – Conselheiro

Luiz Fernando Paroli Santos – Conselheiro

Ricardo Vinhas Correa da Silva – Conselheiro

Douglas Braga Ferraz de Oliveira – Conselheiro

Diretoria

José Renato Simões Machado – Diretor-técnico

Eduardo A.de Figueiredo – Diretor Adm.Financeiro

Contadora responsável

Flávia Miranda Silva

Contadora CRC N° MG-067247/0-2